

1 Aos vinte e nove (29) dias do mês de julho de 2022, às dezessete horas e um minuto
2 (17h01min), instalou-se em plataforma virtual a sessão plenária extraordinária do Conselho
3 de Acompanhamento e Controle Social (CACCS) do Fundo de Desenvolvimento da
4 Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no município de Belo
5 Horizonte – FUNDEB/BH, com a seguinte pauta: 1) Prestação de Contas do Exercício do
6 3º bimestre de 2022: apresentação dos demonstrativos e informações necessárias ao
7 processo de validação no Módulo de Acompanhamento e Validação (MAVS) do Sistema de
8 Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). A reunião contou com a
9 presença dos seguintes conselheiros: Cristina Vieira Guimarães, Luiz Henrique Borges de
10 Oliveira, Marcus Vinícius Lindenberg Fróes, Maria Helena Schmitz de Castro, Milton de
11 Souza Júnior e Renzo Santos. Justificaram suas ausências: Alessandra Mariza Gomes
12 Guimarães, Cristiane Kataline de Carvalho Fernandes, Elizabeth Raidan, Marcelino Cástulo
13 Martins, e Wagner Alves Pereira. Contou-se, ainda, com as presenças dos convidados
14 Kelson Damasceno e Plínio Vasconcelos e da servidora de apoio ao CACCS FUNDEB/BH,
15 Vanessa Márcia da Cunha. O Presidente Marcus Vinícius Lindenberg Fróes iniciou a
16 assembleia informando que esta reunião com pauta objetiva tratava-se somente do
17 Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e que, para o diálogo e a sua
18 tranquilidade, considerando que é o responsável pela validação da prestação de contas no
19 sistema, seguiria a metodologia implementada no atual mandato desta presidência com as
20 discussões relativas ao processo de validação em sessões extraordinárias. Disse, ainda,
21 que como essa metodologia foi aprovada em reuniões anteriores, ela permanecerá neste
22 formato até o final do ano. Ele deu as boas-vindas e apresentou o estudante Renzo Santos,
23 eleito no mês passado e presente em sua primeira reunião. A seguir, e, inicialmente,
24 solicitou que houvesse uma interlocução entre o demonstrativo que consta no MAVS e o
25 RREO, documento encaminhado pela Diretoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
26 (DPOF) no qual as despesas foram discriminadas. Ele afirmou não ter conseguido verificar
27 o detalhamento de certas despesas e requisitou, primeiramente, uma explanação acerca
28 do item 2 do demonstrativo do SIOPE – Remuneração dos Profissionais da Educação
29 Básica – sugerindo um método de trabalho para as explicações, ou seja, que os valores
30 que constam nos demonstrativos do SIOPE “fechem” com o RREO e que, à medida que as
31 informações fossem sendo mencionadas, o diálogo fosse estabelecido. Ele também
32 adiantou querer esclarecimentos relativos aos indicadores do FUNDEB ao final da reunião
33 porque revelou ter feito um levantamento histórico sobre o assunto (de 2018 a 2022) e
34 gostaria de conversar para dirimir algumas dúvidas a este respeito. Após, passou a palavra
35 para os integrantes da DPOF, Kelson Damasceno e Plínio Vasconcelos. O Servidor Kelson
36 Damasceno iniciou a sua explanação dando uma visão geral da estrutura do RREO, a saber:
37 o demonstrativo de despesas de toda a Educação e não apenas do FUNDEB traz as
38 mesmas despesas organizadas de formas diferentes. Primeiramente, as despesas foram
39 ordenadas por natureza; em segundo lugar, por função de ensino; em seguida, por função
40 de ensino e fonte de recurso e, por último, e para um maior detalhamento, o relatório da
41 natureza foi desdobrado em cada item de despesa. Quanto ao relatório acessado pelo
42 presidente – MAVS –, ele disse que a divulgação dos dados é feita de forma diferente da
43 apresentada no RREO. Ato contínuo, o presidente perguntou por que a remuneração dos
44 profissionais da educação foi lançada com valores distintos nos dois relatórios e solicitou a
45 discriminação desta questão. Em seguida, o RREO e o relatório do MAVS foram
46 compartilhados na tela de forma alternada para a visualização de todos e, na sequência, o
47 Servidor Kelson Damasceno explicou que: a) A diferença está na divisão do valor com a
48 função de ensino. No SIOPE, o Ensino Fundamental (EF) engloba a Educação de Jovens

49 e Adultos (EJA) e no RREO os valores encontram-se separados. b) No SIOPE, existe a
50 classificação de FUNDEB 70 e FUNDEB 30, subdivisão inexistente no RREO. c) O relatório
51 do SIOPE referente ao tópico Despesas do FUNDEB equivale no RREO ao demonstrativo
52 Despesa por Subfunção e Fonte de Recurso cujo valor empenhado no EF foi de
53 R\$327.021.902,42 e na EJA, R\$8.886.406,56 totalizando uma quantia de
54 R\$335.908.308,98. Já no SIOPE, a despesa empenhada foi de R\$315.730.592,22 para o
55 EF. Esse valor nesse relatório refere-se ao item 2 – Remuneração dos Profissionais da
56 Educação Básica – que corresponde ao FUNDEB 70, ou seja, despesas com os
57 professores que encontram-se em sala de aula. O item 3 deste relatório – Outras Despesas
58 – corresponde ao FUNDEB 30, isto é, despesas com os outros profissionais da educação
59 que estão fora da sala de aula como o coordenador, o secretário escolar. No RREO as
60 despesas não foram discriminadas pela classificação utilizada pelo SIOPE, isto é, FUNDEB
61 70 e FUNDEB 30. d) Na 2ª parte do RREO, referindo-se à natureza da despesa 319011 e
62 319013 foi gasto com a folha de pagamento a quantia de R\$552.117.030,85. Esse total diz
63 respeito a despesas com todas as fontes de recursos porque a folha é paga com recursos
64 do FUNDEB e também com recursos próprios do município. e) O quantitativo de
65 R\$504.896.403,13 totalizou as despesas gastas com os recursos do FUNDEB em ambos
66 os relatórios, porém, no MAVS ela foi especificada como FUNDEB 70 e FUNDEB 30, o que
67 não ocorreu no RREO, tendo em vista que este rateio só e feito para o SIOPE. Nos
68 relatórios contábeis a despesa do FUNDEB é única, ao passo que no SIOPE ela é
69 discriminada por modalidade de ensino e por FUNDEB 70 e 30. Assim, o valor de
70 R\$504.896.403,13 é o somatório do FUNDEB 70 (R\$474.567.720,14) com o FUNDEB 30
71 (R\$30.328.682,99) no relatório do MAVS e no RREO o valor de R\$504.896.403,13
72 encontra-se detalhado apenas nas modalidades de ensino, ou seja, R\$327.021.902,42 para
73 o Ensino Fundamental, R\$168.988.094,15 para a Educação Infantil (EI) e R\$8.886.406,56
74 para a EJA. Após, o Servidor Plínio Vasconcelos enfatizou que 100% das despesas do
75 FUNDEB são usadas na folha de pagamento. Ato contínuo, o presidente falou que até o
76 marco jurídico anterior (válido até o ano de 2020) esta situação aconteceu. Mas, desde o
77 último trimestre de 2021 a utilização dos recursos do FUNDEB foi destinada para
78 Tecnologia da Informação (TI), energia elétrica, mão-de-obra terceirizada. Disse, também,
79 que os dados estavam confusos, que a divergência das informações gerou uma
80 preocupação e, conseqüentemente, dúvidas quanto aos lançamentos feitos. O Servidor
81 Plínio Vasconcelos explicou que no relatório do SIOPE, apesar da identificação 'Outras
82 Despesas' o item corresponde a despesas com a folha de pagamento classificada como
83 FUNDEB 30. Imediatamente, o Servidor Kelson Damasceno retomou a palavra e expôs que
84 foi gasto um total de R\$457.457.076,88 com todas as fontes de recursos no que tange a
85 natureza de despesa 319011 (vencimentos, salários) e o valor de R\$417.693.687,56 com
86 os recursos do FUNDEB para o pagamento de pessoal e lembrou, também, que a natureza
87 de despesa 319013 (obrigações patronais) também faz parte da folha e é paga com os
88 recursos do FUNDEB. Em seguida, o presidente registrou que o montante de
89 R\$504.896.403,13 conforme o RREO, foi despesa realizada integralmente com o
90 pagamento de pessoal. Já no relatório do SIOPE as despesas do FUNDEB totalizaram este
91 mesmo valor, porém, o item 3 do tópico Despesas do FUNDEB cuja nomenclatura se dá
92 por 'Outras Despesas' foi lançado com o quantitativo de R\$30.328.682,99. Há, ainda, a
93 questão de que o montante de R\$504.917.128,42 foi descrito como item 23 –
94 Disponibilidade Financeira no Bimestre – no tópico Controle da Disponibilidade Financeira
95 e Conciliação Bancária, o que gerou dúvidas. Sem demora, o Servidor Plínio Vasconcelos
96 esclareceu que o item 23 refere-se ao saldo que encontra-se em conta bancária, valor esse
97 semelhante ao gasto com as despesas e já relatado de R\$504.896.403,13. Logo após, e
98 considerando que o relatório do SIOPE é sintético e o objetivo da reunião é esclarecer as
99 questões, o presidente falou que queria entender o valor registrado no item 2 –
100 Remuneração dos Profissionais da Educação Básica – (R\$474.567.720,14), valor esse

101 diferente no RREO. Sem demora, o Servidor Kelson Damasceno respondeu que no
102 relatório do SIOPE o valor de R\$504.896.403,13 foi pago com os recursos do FUNDEB que
103 é decomposto em FUNDEB 70 e FUNDEB 30 e por modalidades de ensino (EF e EI). Na
104 parte ligada ao aluno, ou seja, professores que encontram-se em sala de aula (FUNDEB
105 70) a despesa foi de R\$474.567.720,14. Já para os demais profissionais da educação que
106 estão fora da sala de aula, foi pago o valor de R\$30.328.682,99 classificado como 'Outras
107 Despesas' (FUNDEB 30) perfazendo o quantitativo de R\$504.896.403,13. A dificuldade de
108 entendimento se dá porque o RREO é explicado de formas diferentes – por natureza de
109 despesa, por subfunção, por subfunção e fonte de recurso e por natureza e item – e o
110 relatório do SIOPE totaliza as despesas por modalidade (função) de ensino e por FUNDEB
111 70 e FUNDEB 30, especificando as correspondências de cada um. O RREO não tem a
112 mesma formatação do relatório do SIOPE e a sua ideia é demonstrar que de qualquer forma
113 que juntarem-se as despesas tem-se o mesmo valor. Ele explicou que seguiram-se as
114 metodologias anteriores e não foi pensado em demonstrar no RREO as divisões de
115 FUNDEB 70 e 30. Logo depois, o presidente revelou que a nomenclatura usada no relatório
116 do SIOPE (Outras Despesas) remete a algo diferente do real como custeio e perguntou aos
117 conselheiros se eles enxergavam a dificuldade de se analisar tecnicamente um documento
118 único sem as devidas explicações. Ele disse considerar as explicações dadas e, na
119 sequência, fez alguns comentários relativos aos indicadores do FUNDEB, a saber: a)
120 Identificou-os como “indicadores de performance” (terminologia pessoal). b) Os indicadores
121 encontram-se no relatório e é fonte de preocupação porque referem-se ao percentual de
122 utilização dos recursos pela administração pública. c) Até o 3º bimestre de 2022, o
123 percentual dos recursos usados para o pagamento dos profissionais da educação foi de
124 46,46%, sendo que o mínimo a ser utilizado no final do exercício é de 70%. d) Em 2021, no
125 3º bimestre o percentual foi de 54,07% e em 2020 (no mesmo período do ano – 3º bimestre),
126 63,99%, onde a legislação vigente era a anterior sendo o mínimo de 60%. e) Em 2019, o
127 percentual foi de 68,78% e em 2018, 74,16%; ou seja, progressivamente, ano a ano, tem-
128 se de maneira clara uma diminuição desta performance no mesmo período temporal, isto
129 é, de 2018 para 2022 decaiu de 74,16% para 46,46%. f) Existe, também, outro indicador
130 que é o 'Máximo de 10%' para as receitas do FUNDEB não aplicadas no exercício. No ano
131 passado, no mesmo período, o percentual foi de 33,25%, ou seja, 23,25% acima do máximo
132 (10%) e neste ano o percentual está em 49,48%, isto é, 39,48% acima do máximo para o
133 mesmo período temporal fazendo-se uma comparação ano a ano, o que traz uma grande
134 preocupação. Ele reafirmou que o conselho do FUNDEB faz o acompanhamento e o
135 controle social apenas, mas considera importante e necessário o conjunto de informações
136 referentes à utilização destes recursos porque haverá no 2º semestre a aplicabilidade de
137 um grande volume dos recursos para se alcançar o percentual mínimo de 70% para os
138 recursos alocados em todo o período e o percentual de 10% para as receitas não aplicadas
139 no exercício. Ele aproveitou a oportunidade e solicitou aos servidores (representantes da
140 SMED) o encaminhamento desses dados ao CACS para a sua análise. Afirmou que nos
141 últimos três (3) meses de 2021 foi considerável o uso dos recursos para que os indicadores
142 do FUNDEB fossem respeitados ao final do exercício. Neste ano, disse se inquietar com
143 todas as suas particularidades, inclusive, no contexto político nacional atual (ano eleitoral),
144 preocupando-se quanto aos interesses do município e pensando ser importante ter de
145 forma clara como serão usados os recursos do FUNDEB no 2º semestre para se atingir os
146 indicadores considerados (receitas não aplicadas no exercício – 10% e mínimo de 70%
147 para o pagamento dos profissionais da educação). Ele lembrou que, com a aprovação da
148 lei referente à mudança da carreira da educação, será demandado mais uso dos recursos
149 do FUNDEB. Pontuou, também, que a atuação do CACS coopera com a chamada
150 performance contábil, ato discricionário do prefeito e da secretária de educação. Afirmou
151 que, de forma alguma o conselho deseja interferir nesse processo, ansiando apenas fazer
152 o acompanhamento com os dados concretos. Comentou, ainda, em oficiar a presença do

153 diretor ou algum membro da alta administração para a próxima reunião. Prontamente, o
154 Servidor Kelson Damasceno pediu a palavra e disse que esse modelo de prestação de
155 contas do SIOPE (bimestral) é para se fazer este acompanhamento da chamada
156 performance durante o ano. Quanto ao uso (poucos recursos com o pagamento de pessoal)
157 revelou não ser interessante para a PBH deixar de usar o recurso para que ele fique parado
158 na conta porque o pagamento de pessoal também é feito com os recursos próprios do
159 município. Ele ressaltou que esta prestação de contas vai até o mês de junho e não foi
160 computado o 13º salário, que entrará na próxima prestação de contas, bem como o
161 retroativo do aumento concedido a partir de janeiro, o que causará um impacto. Explicitou
162 que, por mais que esta despesa tenha uma previsibilidade, ela não acontece de forma
163 liminar durante o ano havendo fases maiores e menores de despesas. Quanto ao baixo
164 índice percentual relatado, ele reiterou que até o mês de junho o grande impacto na folha
165 não aconteceu, pois virá a partir do próximo mês. Em seguida, o presidente disse se afligir
166 pelo fato de que o percentual apurado vai de 74,16% (2018) para 46,46% (2022) e este
167 declínio, ano a ano, ocorreu sem que este comportamento fosse modificado de qualquer
168 forma. O Servidor Kelson Damasceno respondeu que o detalhe é a receita, recordando que
169 em 2018 foi originado o 'Caso Minas' em que a receita foi feita em grande parte com os
170 recursos próprios do município porque não haviam repasses do FUNDEB. Ele apontou que
171 além de não ter o grande impacto hoje, a receita do FUNDEB está regularizada e o
172 município está recebendo os atrasados de 2018. Esta questão justifica a perda da
173 comparabilidade com os outros anos porque neste ano a receita está um pouco maior. Sem
174 tardar, o presidente abriu espaço para as dúvidas e os comentários. O Conselheiro Luiz
175 Henrique Borges de Oliveira tomou a palavra e sugeriu para as próximas reuniões que fosse
176 apresentada uma planilha paralela que destrinchasse os recursos do FUNDEB 70 e
177 FUNDEB 30. No que diz respeito à aplicação do recurso, disse não ser possível comparar
178 a performance porque o 'Caso Minas' atrapalha o raciocínio e finalizou a sua fala
179 agradecendo a apresentação. Logo depois, o presidente comentou que todos tem os
180 mesmos interesses, ou seja, desejam ver a correta utilização dos recursos e que em
181 nenhum momento teve alguma preocupação quanto à licitude da utilização dos recursos,
182 crendo na boa-fé da administração pública e avaliando que o Município de Belo Horizonte
183 apresenta um comportamento louvável neste sentido, na Educação. Ele ratificou que esta
184 discussão sempre será técnica e falou que a elaboração desta outra planilha propiciará uma
185 reunião mais rápida e efetiva, agradecendo a participação dos servidores em nome do
186 conselho. Para finalizar, ele afirmou que faria a validação da prestação de contas referente
187 ao RREO naquela mesma data. Em seguida, o Servidor Kelson Damasceno agradeceu e
188 se despediu. Às dezoito horas e um minuto (18h01min), o Presidente Marcus Vinícius
189 Lindenberg Fróes agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Para
190 constar, eu, Vanessa Márcia da Cunha, servidora de apoio ao CACS FUNDEB/BH, redigi a
191 presente ata.